

A ALBA-TCP E A CONSTRUÇÃO DE UMA INTEGRAÇÃO REGIONAL AUTÔNOMA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A *MISIÓN* *MILAGRO*

Aruanã Emiliano Martins Pinheiro Rosa (UNILA)¹

Resumo: O presente trabalho procura analisar o desenvolvimento dos processos de integração na América Latina a partir dos anos de 1990 e, como os seus desdobramentos impulsionaram a criação de alternativas diante da insuficiência de instrumentos que priorizassem eixos sociopolíticos na conformação dos blocos regionais até então constituídos. Neste sentido surge a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA-TCP) como projeto que se propõe a construir um novo paradigma de integração na região latino-americana e caribenha, pautado pela cooperação solidária, justiça social e complementariedade entre os países membros como base estruturante do bloco. Ainda assim, procura-se verificar como no âmbito da ALBA-TCP, a Missão Milagre contribuiu para a conformação na região analisada de uma nova perspectiva integracionista, prevalecendo a atuação do Estado em detrimento de forças privadas. Por fim, para responder aos objetivos levantados, se recorre à análise dos tratados constitutivos dos blocos e dos discursos dos Chefes de Estado no que se refere ao assunto aqui trabalhado, além de bibliografia que versem sobre os questionamentos levantados.

Palavras-chave: Integração dos povos; ALBA-TCP; Misión Milagro

EL ALBA-TCP Y LA CONSTRUCCIÓN DE UNA INTEGRACIÓN REGIONAL AUTÓNOMA: CONSIDERACIONES ACERCA DE LA *MISIÓN MILAGRO*

Resumen: El presente trabajo busca analizar el desarrollo de los procesos de integración en América Latina a partir de los años 1990 y como sus desdoblamientos impulsaron la creación de alternativas ante la insuficiencia de instrumentos que prioriza ejes sociopolíticos en la conformación de los bloques regionales hasta entonces constituidos. En este sentido surge la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA-TCP) como proyecto que se propone construir un nuevo paradigma de integración en la región latinoamericana y caribeña, pautado por la cooperación solidaria, la justicia social y la complementariedad entre los países miembros como base estructurante del bloque. La Misión Milagro contribuyó a la conformación en la región analizada de una nueva perspectiva integracionista, prevaleciendo a la actuación del Estado en detrimento de las fuerzas privadas. Por último, para responder a los objetivos planteados, se recurre al análisis de los tratados constitutivos de los bloques y de los discursos de los Jefes de Estado en lo que se refiere al asunto aquí trabajado, además de bibliografía que versan sobre los cuestionamientos planteados.

Palabras clave: Integración de los Pueblos; ALBA-TCP; Misión Milagro.

THE ALBA-TCP AND THE CONSTRUCTION OF AN AUTONOMOUS REGIONAL INTEGRATION: CONSIDERATIONS ABOUT THE

¹ Mestrando em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL-UNILA). Membro do Centro de Estudos Sócio-Políticos e Internacionais da América do Sul (CESPI-América do Sul). Membro da Associação Canadense de Estudos Latino-americanos e Caribenhos (ACELAC). Bolsista DS/UNILA. Email: aruana1333@gmail.com.

THE ALBA-TCP AND THE CONSTRUCTION OF AN AUTONOMOUS REGIONAL INTEGRATION: CONSIDERATIONS ABOUT THE *MIRACLE MISSION*

Abstract: The present work seeks to analyze the development of the integration processes in Latin America from the years 1990 and how its pushed for the creation of alternatives in the face of the inadequacy of instruments which prioritises socio-political axes in the formation of the regional blocks until then formed. In this sense arises the Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America (ALBA-TCP) project that aims to build a new paradigm of integration in Latin America and the Caribbean, scheduled by the cooperative solidarity, social justice and complementarity among the member countries as a basis of structuring block. The Miracle Mission contributed to the formation in the region analyzed from a new perspective integrationist, prevail to the action of the State to the detriment of the private forces. Finally, to respond to the objectives, recourse is made to the analysis of the treaties establishing the blocks and the speeches of the Heads of State with regard to the issue here worked, in addition to bibliography dealing with the questions raised.

Key-words: Integration of Peoples; ALBA-TCP; Miracle Mission.

Introdução

A região latino-americana viveu durante a década de 1990 a implementação de um modelo econômico, político e social neoliberal que, além de reduzir a atuação do Estado em diversos assuntos, promoveu o crescimento da taxa de pobreza e levou estes países a uma situação de vulnerabilidade em um cenário de grandes instabilidades em seus governos. O projeto de sociedade oriundo das instruções do Consenso de Washington² desconsiderava as diferentes características dos países e neste sentido almejava uma padronização tanto econômica quanto política que beneficiaria forças privadas (BROZOSKI, s/d, p.1).

Ao longo dos anos diversas manifestações contra essas propostas foram realizadas traduzindo-se na insuficiência das políticas adotadas pelos governos, e como aponta Brozowski (s/d, p.2):

La primera década del siglo XXI se caracterizó por significativos cambios en la línea política e ideológica de muchos gobiernos de Sudamérica. Como resultado de intensos conflictos dentro de cada país, ascendieron al poder nuevas fuerzas políticas que buscaban rescatar los proyectos nacionales, con mayor intervención del Estado en las decisiones y una relevante movilización popular.

Neste sentido, pensar o tema da integração regional para os novos governos que ascendiam nesse cenário apresentava-se como uma tarefa primordial para o alcance das projeções internacionais desejadas, uma vez que não somente as políticas econômicas sofreriam modificações, mas também o entendimento da política externa, na medida em que os países buscavam um Sistema Internacional mais justo no pós-neoliberalismo (SANAHUJA, 2010).

Assim, a criação de blocos regionais que atendessem os anseios de políticas baseadas não somente no livre-comércio como almejava o regionalismo aberto começou a ser viabilizada, e no ano de 2004 em Havana, Cuba, é formalmente estabelecido a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), com uma agenda ambiciosa e que conformaria na região analisada uma nova perspectiva integracionista de solidariedade e complementariedade. Ainda assim, no âmbito desta iniciativa, a *Misión Milagro* (MM) comprometia-se a operar seis milhões de americanos com problemas na área visual, gratuitamente, viabilizando um marco de cooperação entre países latino-americanos e caribenhos.

2 O Consenso de Washington foram as diretrizes estabelecidas pelo governo norte-americano, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial por meio do qual o desenvolvimento dos países, como os latino-americanos e caribenhos, seriam alcançados pelas liberalizações comerciais e privatizações (GUIMARÃES, 2017).

Desta forma, no decorrer do trabalho procura-se entender como os processos de integração regional na América Latina foram se modificando para formação do que nesta pesquisa se considera uma nova perspectiva da integração, em virtude do detrimento de forças privadas para atuação estatal no âmbito da ALBA-TCP e da iniciativa de saúde pública MM.

1 A integração regional como ferramenta emancipatória: do neoliberalismo a proposta da ALBA-TCP

Os processos de integração regional na América Latina, desde a década de 1990, estiveram alinhados as políticas estabelecidas pelo Consenso de Washington e as determinantes do livre-mercado e das privatizações como iniciativas promotoras do desenvolvimento.

O que se estabelecia era o *regionalismo aberto*, caracterizado pelas privatizações e da pouca participação do Estado nos assuntos tanto econômicos como políticos, podendo ser definido como:

[...] a promoção de liberalizações comerciais e redução de tarifas alfandegárias pautadas em uma competitividade comercial, vista assim como uma etapa de acordos multilaterais entre os Estados que buscam através da integração econômica ganhar maior relevância no cenário internacional (HERZ, HOFFMANN, TABAK, 2015, p. 143).

FIGURA 1 – BLOCOS REGIONAIS NA AMÉRICA E ÁFRICA

América	África
Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA, 1989); Sistema de Integração na América Central (1991); Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL, 1991); Associação dos Estados Caribenhos (1994); Área de Livre-Comércio do Grupo de Três (G3, 1995); Comunidade Andina (CAN, 1997); Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA, 2004); União de Nações Sul-Americanas (UNASUL, 2008); Comunidade de Estado Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC, 2008); Aliança do Pacífico (2011).	Comunidade do Sudeste Africano para o Desenvolvimento (SADC, 1992); Comunidade Econômica e Monetária da África Central (1994); Mercado Comum da África Oriental e do Sul (COMESA, 1994); União Econômica e Monetária da África Ocidental (1994); Comunidade da África Oriental (1999); União Africana (AU, 2002).

Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos em Herz, Mônica. Organizações Internacionais: história e práticas, 2 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Os blocos regionais criados até então, em princípio, priorizavam as diretrizes mercadológicas em detrimento de fatores sociais, ignorando as diferentes vertentes que devem

ser percebidas dentro da integração regional. No quadro precedente é possível visualizar o crescente número de blocos regionais criados a partir de então (HERZ, HOFFMANN, 2015), na medida em que os países procuravam mecanismos para uma melhor inserção dentro de um sistema econômico-político desigual.

A situação ao longo do século XX apresentava-se preocupante na região³, com elevados índices de pobreza e uma desigualdade crescente demonstrando a insuficiência das políticas adotadas seguindo uma cartilha que negligenciava as peculiaridades de cada país que então a adotara.

As crises de governabilidade e as manifestações oriundas de forças populares neste cenário levaram no início do século XXI a ascensão de governos que, ao menos formalmente, demonstravam ter vontade política em promover transformações econômicas, sociais, políticas e culturais na região.

A integração regional para estes governantes tornou-se uma pauta de essencial importância para as transformações que se estabeleceriam ao longo dos anos, e neste sentido uma nova agenda institucional passou a estar presente, com os assuntos sociais, educacionais e de saúde em instâncias que antes não eram atendidas.

A criação da ALBA-TCP se insere neste cenário de transformações regionais e de apontamento de uma nova perspectiva para a América Latina e Caribe.

O bloco, proposto por Hugo Chávez em 2000, formalmente estabelecido em 2004 em Havana, Cuba, por meio da Declaração Conjunta Venezuela-Cuba trazia para a região uma proposta de integração baseada na solidariedade econômica e na busca por uma justiça social entre os Estados pertencentes ao bloco, além de priorizar instrumentos de combate às desigualdades, na medida em que o desenvolvimento de políticas públicas que atendessem aos anseios das populações destes países tornar-se-ia uma ferramenta para alcançar estes objetivos⁴.

A estrutura da organização está dividida da seguinte maneira:

- Conselho Presidencial
- Conselho Social
- Conselho Econômico

3 Para mais informações consultar relatório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) “Uma década de desarrollo social en América Latina, 1990-1999”. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2382/S2004000_es.pdf.

4 É importante mencionar que a ALBA-TCP foi uma iniciativa do presidente venezuelano em oposição aos Tratados de Livre-Comércio (TLC) propostos pelos Estados Unidos da América (EUA) para a região no ano de 1994, no qual os princípios que serviriam de base para os acordos estariam assentados na competitividade via integração econômica hegemônica. Para mais informações consultar: <http://jubileosuramericas.net/wp-content/uploads/2016/03/ROSILENE-A-DERROTA-DA-ALCA.pdf>.

- Conselho Político
- Conselho dos Movimentos Sociais
- Comitê da Mulher e Igualdade de Oportunidades
- Comitê de Defesa da Natureza
- Comissão Política (Grupo de Trabalho sobre Direito Internacional, Autodeterminação, Respeito pela Soberania e Direitos Humanos, Coordenação Permanente e Secretaria Executiva).

Desta forma, a instituição aqui trabalhada conta com uma plataforma que permite que os países possam conjuntamente direcionar os aspectos da integração como instrumento que reúna e fortalece o desenvolvimento de suas nações e de seus povos, contribuindo com transformações estruturais, reconhecendo que a cooperação internacional além de um espaço político e econômico, também é um cenário de alianças sociais e culturais.

Destarte, a ALBA-TCP nos permite entender que uma nova proposta de regionalismo começa a desenhar-se na América Latina e Caribe, em que pese o reconhecimento das diferenças entre os Estados membros procurando desenvolver “[...] un proceso integral que asegure la eliminación de las desigualdades sociales y fomente la calidad de vida y una participación efectiva de los pueblos en la conformación de su propio destino” (DECLARACIÓN CONJUNTA VENEZUELA-CUBA, 2004, s/p).

O bloco regional em questão estabelece doze princípios guias para o estabelecimento de uma atuação anti-imperialista e que priorize a força estatal na condução das políticas dos países membros (FREITAS, 2011), mas para os fins deste trabalho o quarto princípio torna-se mais essencial, onde se estabelece:

Cooperación y solidaridad que se exprese en planes especiales para los países menos desarrollados en la región, que incluya un Plan Continental contra el Analfabetismo, utilizando modernas tecnologías que ya fueron probadas en Venezuela; un plan latinoamericano de tratamiento gratuito de salud a ciudadanos que carecen de tales servicios y un plan de becas de carácter regional en las áreas de mayor interés para el desarrollo económico y social (I CUMBRE DECLARACIÓN CONJUNTA VENEZUELA-CUBA, 2004, s/p).

A partir da mudança de perspectiva no reconhecimento da integração regional como promotora do desenvolvimento dos povos latino-americanos e caribenhos e na criação de um processo que priorize forças populares, a ALBA-TCP passa a priorizar processos sócio-políticos em complementariedade com o âmbito econômico, introduzindo uma nova agenda institucional na região, onde esta “no se hará realidad con criterios mercantilistas ni intereses

egoístas de ganancia empresarial o beneficio nacional en perjuicio de otros pueblos” (I CUMBRE DECLARACIÓN CONJUNTA VENEZUELA-CUBA, 2004, s/p).

Portanto, nas reflexões que aqui se procura fazer, no próximo item será analisado como dentro do bloco a *Misión Milagro* possibilitou uma nova perspectiva da integração, no qual a realização de operações gratuitas a pessoas com problemas visuais é percebida como uma questão de saúde pública internacional a ser enfrentada para o pleno desenvolvimento humano.

2 A *Misión Milagro* e a criação de uma nova perspectiva de integração para a América Latina e Caribe

Pensar em um processo de integração regional que esteja baseado em outros princípios que não meramente o mercado é uma tarefa que no início do século XXI começou a ser desenhada por alguns governantes na América Latina e Caribe, idealizando alguns caminhos possíveis para o resgate de certa autonomia para a região.

A *Misión Milagro*, nascida no âmbito da cooperação entre os presidentes de Venezuela e Cuba foi uma iniciativa para amenizar as desigualdades no sistema de saúde dos países membros, estabelecendo princípios de qualidade de vida e políticas de saúde gratuitas para a população. Cabe destacar os objetivos firmados:

- 1. Potenciar capacidades y habilidades de las personas que padecen trastornos visuales incorporándolos a la vida social tanto en Venezuela como en otros países latinoamericanos.
- 2. Articular las políticas sociales impulsadas por el gobierno nacional, para incorporar a los ciudadanos a los que se les ha solucionado su problema visual al desarrollo individual y colectivo.
- 3. Saldar la deuda social que tiene el estado venezolano con este sector de la sociedad, en la búsqueda de justicia social e igualdad de condiciones para todos los venezolanos (MISIÓN MILAGRO, 2004, s/p).

A partir do acordo inicial entre Hugo Chávez e Fidel Castro em 2004, operações para solucionar problemas na área da visão foram realizadas em 176.000 pacientes venezuelanos que eram transportados a Cuba para as intervenções cirúrgicas no marco deste acordo inicial entre os presidentes. Com o intuito de expandir o projeto para toda a América, no ano seguinte o *Compromiso de Sandino* estabeleceu a meta de em dez anos, 6.000.000 de pessoas serem alcançadas para cura de suas patologias na área visual, sendo metade delas de nacionalidade venezuelana.

Nota-se que esta política se direciona para combater a pobreza e a exclusão social de pessoas menos favorecidas economicamente, resgatando a dignidade e promovendo o

desenvolvimento humano coletivo, viabilizando a atuação do Estado venezuelano e de seus parceiros como principais promotores da saúde aos que historicamente estiveram desamparados.

A atenção à saúde populacional torna-se então um ponto crucial para a concretização deste projeto que inicialmente teve um caráter bilateral, mas, no decorrer dos anos ganhou dimensões multilaterais, contribuindo para um novo sentido dos processos de integração, visto que a internacionalização de uma política pública baseada na equidade, solidariedade e integração dos povos se estabeleceu como princípio norteador da agenda institucional de diversos países.

A Constituição da República Bolivariana da Venezuela em seu Art.83 afirma que a saúde é um direito social fundamental, inscrevendo o Estado como a entidade viabilizadora deste sistema público, tendo que garantir uma vida adequada e saudável, e igualmente, no artigo 84 e 85 afirma que:

Artículo 84. Para garantizar el derecho a la salud, el Estado creará, ejercerá la rectoría y gestionará un sistema público nacional de salud, de carácter intersectorial, descentralizado y participativo, integrado al sistema de seguridad social, regido por los principios de gratuidad, universalidad, integralidad, equidad, integración social y solidaridad. El sistema público de salud dará prioridad a la promoción de la salud y a la prevención de las enfermedades, garantizando tratamiento oportuno y rehabilitación de calidad. Los bienes y servicios públicos de salud son propiedad del Estado y no podrán ser privatizados. La comunidad organizada tiene el derecho y el deber de participar en la toma de decisiones sobre la planificación, ejecución y control de la política específica en las instituciones públicas de salud.

Artículo 85. El financiamiento del sistema público de salud es obligación del Estado, que integrará los recursos fiscales, las cotizaciones obligatorias de la seguridad social y cualquier otra fuente de financiamiento que determine la ley. El Estado garantizará un presupuesto para la salud que permita cumplir con los objetivos de la política sanitaria. En coordinación con las universidades y los centros de investigación, se promoverá y desarrollará una política nacional de formación de profesionales, técnicos y técnicas y una industria nacional de producción de insumos para la salud. El Estado regulará las instituciones públicas y privadas de salud (CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA).

Assim, por meio dos centros oftalmológicos cadastrados é possível realizar os procedimentos necessários para cura das deficiências visuais que, segundo a MM são os seguintes: catarata, pterigium ou carnosidade, glaucoma, estrabismo, desprendimento de retina, distrofia corneal, ceratocone avançado e ectasia secundária. As instituições participantes para a execução do projeto reúnem desde o Ministério da Saúde à aeronáutica que contribui para o transporte dos passageiros.

A crescente procura pelas cirurgias realizadas levou a expansão do projeto para outros países por meio da construção de centros cirúrgicos ou parcerias realizadas com outros institutos, como no caso da Argentina, que atende seus pacientes de forma gratuita no Centro Oftalmológico Dr. Ernesto Che Guevara na cidade de Córdoba. Os dados pesquisados apontam que um total de 90 Centros de Atenção a Pacientes com Patologias Oftalmológicas foram concebidos (2016), ou por acordos interestatais ou por iniciativas de novas construções.

Desta forma, a *Misión Milagro* vem atuando em diversos países como Bolívia, Costa Rica, Equador, Haiti, Honduras, Panamá, San Vicente e Granadinas, totalizando quatorze países latino-americanos atendidos por esta iniciativa de integração dos povos. Além disso, há no âmbito da missão, cooperação com países da África e Ásia e mais vinte países, contribuindo para o que neste trabalho denomina-se de nova perspectiva de integração. Conforme pesquisa, no ano de 2008, Cuba e Angola assinaram um acordo para a formação de profissionais especializados em oftalmologia para atuarem no âmbito da missão e em 2005/2006, 135 médicos foram enviados a Indonésia e 20.000 ao Paquistão, respectivamente.

A parceria desenvolvida entre a Venezuela e a China apresentou-se também como primordial para as transformações e as novas aquisições hospitalares para o prosseguimento das cirurgias realizadas, demonstrando que o caráter multilateral da missão ganhava a cada ano novas projeções.

As inversões de capitais oriundos da parceria China-Venezuela-*Misión Milagro* somaram 41 milhões de dólares para a compra/recebimento de novos equipamentos e no ano de 2015 o país andino recebeu 683 equipamentos oftálmicos e optométricos da aliança com o país asiático (MISIÓN MILAGRO, 2015).

As cifras até o presente vêm demonstrando um crescente avanço desde a criação deste projeto solidário, somando um total de quatro milhões de intervenções cirúrgicas; as consultas oftalmológicas ultrapassaram as cifras dos vinte e três milhões de atendimentos, além da entrega de trinta e cinco milhões de lentes para pacientes com os problemas atendidos neste cenário de problemas visuais, conforme destacou Ricardo Riera (2015) em entrevista durante o *II Congreso de Oftalmología de la Misión Milagro*.

A MM tem demonstrado no decorrer dos anos que a atuação do Estado como promotor da saúde pública e do bem-estar do cidadão, levando qualidade de vida e possibilidade de uma

existência ativa dentro da sociedade é de fundamental importância para a parcela populacional mais vulnerável nas regiões atendidas.

Nota-se ainda, que características como as grandes desigualdades de renda são comumente percebidas entre os países membros da ALBA-TCP e nos partícipes da MM, conduzindo historicamente a maior prevalência do sistema privado nas políticas de proteção de saúde, e em uma crescente “mercadorização da saúde” (COSTA, 2012), conforme descreve Cristiani Vieira Machado em análise das políticas de saúde em três países latino-americanos (Argentina, Brasil, México):

Nos três países, obstáculos ao sistema público de saúde transcendem limites setoriais, se relacionando à sua identificação como mercados atraentes para empresas de saúde internacionais e nacionais. A disputa de grupos privados por recursos constrange os serviços públicos. Porém, sistemas de saúde com forte componente privado são fragmentados, caros, vulneráveis a ciclos econômicos e excludentes, especialmente em sociedades desiguais.

O desafio para as nações latino-americanas é construir um pacto em torno de um projeto de desenvolvimento soberano, democrático e orientado para garantir direitos sociais. Nessa perspectiva, o papel do Estado, em diálogo com diferentes grupos da sociedade, seria conter as forças de mercado, promover a redistribuição social, reduzir as desigualdades e expandir a cidadania universal (Vieira Machado, 2018, p.14).

Neste sentido, perceber a integração regional aliada a políticas de saúde como um instrumento que possa promover uma agenda de transformações sociais, políticas e econômicas tem sido uma possibilidade que a *Misión Milagro* vem construindo ao longo de sua atuação, principalmente na América Latina e Caribe.

As mudanças oriundas deste processo vêm modificando diretamente a vida das pessoas envolvidas e os resultados parciais da pesquisa apontam para uma perspectiva de integração transformadora.

Considerações finais

Os processos de integração na América Latina desde a década de 1990 foram transformando-se em iniciativas que de alguma maneira procuraram incluir forças populares em seu desenvolvimento, uma vez que os blocos regionais criados não incluíam em suas preocupações a institucionalização de projetos que buscassem transformar a realidade da população latino-americana e caribenha, sejam por negligência ou pela insuficiência de

instrumentos eficazes para realização destas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais.

A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) oficializada no ano de 2004 por meio da assinatura de um acordo conjunto entre Cuba e Venezuela, instrumentaliza uma nova perspectiva de integração para a região, onde os governantes dos respectivos países estabelecem diretrizes para tornar a integração regional um projeto baseado na solidariedade, cooperação e justiça social, reconhecendo as diferenças políticas e econômicas entre os países membros e, além disto, trabalhar para redução das disparidades entre os povos.

Ainda assim, a *Misión Milagro*, uma política pública desenvolvida no âmbito do bloco, possibilitou para diversas regiões do sistema internacional outra perspectiva de atuação em relação ao tema de saúde e a agenda de integração regional. Ao longo dos anos, a área de atuação expandiu-se, levando contribuições à África e Ásia, seja por meio de formação de profissionais médicos ou pelas operações cirúrgicas realizadas em pacientes destes países.

Por fim, por meio deste trabalho procurou-se refletir como a agenda de cooperação para a integração pode ser concebida de forma transversal e diversa, inserindo novos sentidos de atuação e concepção da solidariedade entre os povos, além da própria relação interestatal.

Bibliografia

- Altmann, J. (2008). *Alba: ¿un proyecto alternativo para América Latina?* Real Insitituto Elcano ARI N° 17.
- Azevedo, F. (2012). *A América Latina face à política de integração econômica regional no mundo subdesenvolvido*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XVI, n° 418 (62).
- Agüin, V. *Desarrollo de la Misión Milagro en Venezuela*. Disponível em: http://bvs.sld.cu/revistas/spu/vol_37_04_11/spu18411.htm.
- Briceño-Ruiz, J. O regionalismo latino-americano depois do regionalismo aberto: novos eixos, novas estratégia, modelos diversos. Em Corival, E. et. al. (eds.). *Relações Internacionais Olhares cruzados*, Editora: FUNAG.
- Brozoski, F. *Proyecto de ALBA de integración regional: potencialidades, desafíos y avances*. Disponível em: http://www.elcorreo.eu.org/IMG/pdf/AEDA-Fernanda_Brozoski.pdf.
- Carballo, R. *Misión Milagro: visión humanista y solidaria*. Disponível em: http://www.portalalba.org/index.php?option=com_content&view=article&id=6309:mision-milagro-vision-humanista-y-solidaria&catid=70&Itemid=172.
- Costa, A. M. *A mercantilização da saúde e seus riscos*. Disponível em: <http://cebes.org.br/2012/07/a-mercantilizacao-da-saude-e-seus-riscos/>.
- II Cumbre del ALBA (2005). Disponível em: <http://albatcp.org/en/contenido/final-declaration-first-meeting-between-cuba-and-venezuelaapplication-alba>.
- III Cumbre del ALBA (2006). Disponível em: <http://albatcp.org/en/contenido/agreement-application-alba-tcp>.
- IV Cumbre del ALBA (2008). Disponível em: <http://albatcp.org/en/contenido/conceptualization-project-and-grannational-enterprise-frameworkalba.alba>.
- Ferreira, G. *O regionalismo pós-liberal e o resgate da agenda do desenvolvimento*. III Semana de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos. Disponível em:

<http://www.semacip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Guilherme-Augusto-Guimar%C3%A3es-Ferreira.pdf>.

Freitas, W. *ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DE NOSSA AMÉRICA (ALBA): as particularidades de um projeto inovador*. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a58.pdf>.

Fuser, I. *América Latina, integração sabotada*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/552073-america-latina-integracao-sabotada>.

Guimarães, S. *Henrique Meirelles e o Consenso de Washington*. Entrevista disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/henrique-meirelles-e-o-consenso-de-washington/>.

Macho, C. (2018). Políticas de Saúde na Argentina, Brasil e México: diferentes caminhos, muitos desafios. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2197-2212,

Misión Milagro, Ministerio del Poder Popular para la Salud. Disponível em: misionmilagro.gob.ve.

Pinto, P. (2013). Mercantilização da saúde e cidadania perdida: o papel do sus na reafirmação da saúde como direito social. *Revista da UNIFEBE*, [S.l.], v. 1, n. 11.

Prensa Latina. *Resaltan importancia de la Misión Milagro*. Disponível em: <http://www.granma.cu/mundo/2016-07-08/resaltan-importancia-de-la-mision-milagro-08-07-2016-23-07-56>.

Rocha, I. *A Política Externa Brasileira e o Regionalismo Sul Americano de 2008 -2015: um olhar sob a UNASUL*. Disponível em: http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498441827_ARQUIVO_6ENC ONTRODAASSOCICAOBRASEIRADERELACOESINTERNACIONAIS.pdf.

Walsh, C. (2008). Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tábula Rasa*, Bogotá, v. 152, n. 9, p.131-152.